



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2010.

Comunicação nº 280/2010 – TJD/RJ

*PROCESSO Nº 356/10 – 1ª COMISSÃO DISCIPLINAR DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO.*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

*EMBARGANTE: Marco Aurélio da Costa Scarlécio, Arbitro Assistente
incurso no art. 261-A, II do CBJD.*

RELATOR: DR. GILSON FÁBIO SOLANO VASCO

*EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM
PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. ART.152-A,
PARÁGRAFO 4º do CBJD. TEMPESTIVIDADE.
ALEGADA CONTRADIÇÃO NA FIXAÇÃO DA PENA
DIANTE DAS PROVAS CONTIDAS NO PROCESSO.
PROVA PRODUZIDA APÓS PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL. IMPROCEDÊNCIA DOS
EMBARGOS.*

RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1) *MARCO AURÉLIO DA COSTA SCARLÉCIO, através do ilustre advogado, Dr. Sérgio F. dos Santos, apresentou Embargos de Declaração, requerendo efeitos infringentes, nos moldes do art. 152-A, §4º do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (fls.40/45), alegando contradição entre a imputação da pena aplicada ao embargante pelo atuar típico comportamental descrito pelo art. 261-A, inciso II do Código Brasileiro de Justiça Desportiva e sua primariedade. Junta no referido Embargo de Declaração, em fls. 45, prova nova que lhe serviu de escora a alegada contradição. É o Relatório.*

2- *Passo a decidir. Como é sabido, Os embargos declaratórios se prestam , exclusivamente, para a correção de erro material havido no julgado. É que uma vez entregue a prestação jurisdicional cessa a Jurisdição do julgador , não mais podendo ele alterar a decisão quanto ao meritum causae.*

Como contradição, entende a melhor jurisprudência ser a divergência. É possível que o vício da sentença recaia em duas proposições antagônicas e que podem subsistir concomitantemente. Nestas condições , o conteúdo da sentença não se harmoniza.

A característica de infringencia buscada através do presente embargo visa demonstrar a desarmonia entre a declaração e o decisor, buscando em suposta contradição no constante de fls. 09, que serviu de elemento de exasperação da pena e a documentação de fls. 45.

3-*Em que pese a estima e consideração pelo ilustre embargante e seu patrono, mas não merece prosperar as alegações de contradição que ancora o presente Embargos de Declaração e , muito menos, os requeridos efeitos infringentes, vez que o documento de fls. 45 foi juntado após a prestação jurisdicional, portanto, houve preclusão por parte da defesa que deveria requê-lo durante a fase contida no art. 123 e art. 124 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Ressalto que o embargante, naquela fase, somente fez juntar o documento de fls.23.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

4-Diante do exposto, havendo vedação legal no CBJD para o requerimento de provas e, dentre elas, a documental, considero IMPROCEDENTE o presente Embargo de Declaração, mantendo a decisão atacada por não haver contradição nos motivos exasperadores da pena aplicada.

5- Deixo de considerar protelatório o referido Embargo de Declaração, conforme art.152 §6º, do CBJD, porque o naipe comportamental do advogado subscritor não indica que tenha sido este seu escopo.

DR. GILSON FÁBIO SOLANO VASCO
Auditor da 1ª Comissão Disciplinar do TJD/RJ